
Produção do Espaço e sua Influência na Vida Cotidiana

Poliana Teixeira da Fonseca

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: tfonseca.poliana@gmail.com

Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

O espaço é uma importante categoria de análise para a geografia, é onde ocorre a vida. Pensar na produção do espaço é ir além da localização dos fenômenos. É pensar nas relações e práticas sociais abarcados em diferentes níveis e escalas, as quais revelam rupturas e desigualdades. É o lugar da produção, do movimento de mercadorias, de uso e troca – muitas vezes ele mesmo sendo uma mercadoria – mas também o lugar onde as relações sociais são materializadas.

Carlos (2011) lembra que o espaço pode ser entendido através do meio e produtos da reprodução da sociedade, isso “permite a compreensão das tensões que explodem em conflitos no plano da vida cotidiana.” (p. 74).

Assim, o entendimento do fenômeno urbano ocorre a partir de níveis político, econômico e social; e das escalas que vai do local ao global. Cada nível possui uma condição e o resultado é o produto dessa interação, sendo o nível social o mais importante.

A autora salienta: no nível social que está a vida cotidiana, é onde se tem maior visibilidade dos níveis político e econômico. É na vida cotidiana que nos deparamos com a dialética de uso e valor de troca. Isso porque a produção da vida não está apenas vinculada com a produção de bens e mercadorias, mas também com a produção da humanidade e do sujeito.

Para discorrer sobre a produção do espaço, Lefebvre utiliza três dimensões: a prática social, as representações do espaço e espaço de representação. São as categorias do percebido, concebido e vivido.

Para Lefebvre, a produção se reproduz no espaço social e contém dois tipos de relação: a primeira são as relações sociais de reprodução, ou seja, são as biopsicológicas entre os sexos e diferentes grupos etários. A segunda, são as relações de produção, isto é, a divisão do trabalho e sua organização na forma de funções sociais hierárquicas.

A prática social é o espaço percebido pelos indivíduos, onde está associada a realidade cotidiana mais a realidade urbana. As representações do espaço é o espaço concebido pelos engenheiros, cientistas; é o espaço dominante em uma sociedade. O espaço de representação é ligado ao espaço diretamente vivido pelo indivíduo, através das imagens e dos símbolos. Todas essas dimensões interferem de maneiras diferentes na produção do espaço de acordo com suas características.

Lefebvre faz críticas contundentes aos arquitetos e urbanistas. Segundo ele, estes profissionais projetam e constroem de acordo com o lucro, isso conduz a uma segregação, mesmo quando a intenção é a integração. Em outro momento, o autor os trata como “demiurgo platônico”, como donos do espaço que concebem. Esses espaços tendem a ser vazios e

puros, apenas lugares de proporções e números. Sendo que para ele, no espaço que concerne o “vivido”, nunca pode ser neutro, nem “puro”. Assim, ele critica o urbanismo moderno, racionalista e tecnicista.

Para Lefebvre, a cidade tradicional tinha uma função de consumo, complementar a produção. Mais tarde, a re-produção das relações de produção não são mais direcionadas a reprodução dos meios de produção, e sim a cotidianidade, o lazer e a cultura.

Então, uma importante questão é levantada: quando o cotidiano emerge como tema? A partir do momento que ele se refere a vida, as pessoas, e a partir do momento em que o modo de produção capitalista transcende a divisão do trabalho e das fábricas e põe em evidência as relações sociais, capturando assim outros segmentos da vida. É algo que está presente na sociedade inteira e em todas as épocas. É quando a produção da vida se depara com as necessidades da reprodução do capital.

Neste sentido, a produção do espaço a favor do capitalismo e do Estado, traz consequências para a vida cotidiana. A apropriação do espaço por ambos, principalmente quando há a justaposição do privado sobre o público. Tal fenômeno é responsável por conflitos entre as relações de apropriação e relações de propriedade. Estas divergências estão na essência da produção social do espaço urbano.

As lutas no/pelo espaço também são cotidianas. Em Harvey (2014), a metrópole se constitui em um vasto comum¹ produzido pelo trabalho coletivo. A luta pelo direito a cidade se dá no âmbito das lutas pelo comum e contra as atividades capitalistas, sobretudo o mercado imobiliário que se apropria da vida comunal e extrai dela todo o lucro.

Pensar a metrópole no mundo contemporâneo é mais do que pensar sobre o espaço e sua produção em torno das atividades capitalistas e do Estado. Os desafios da metrópole contemporânea são refletir sobre as suas desigualdades e exclusões, sobre as suas lutas, o lugar do indivíduo na cidade – seus direitos de ir e vir com dignidade - e o exercício da sua cidadania, pois é na cidade que se faz a vida.

Vida Cotidiana e Cotidianidade

Mas afinal o que é essa vida cotidiana? Como ela se materializa no espaço?

Ela pode ser considerada como o acaso, o inesperado, é a vida de todos os dias apresentada de diversas formas. É também o centro das atenções das atividades capitalistas e do Estado. O primeiro, vê o cotidiano como algo rentável, lucrativo; e segundo, faz sua gestão com base na cotidianidade e uma forma de manipular o homem.

Netto e Carvalho (2012, p 23), definem a vida cotidiana como aquela “dos mesmos gestos, ritos, ritmo de todos os dias: é levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, pra a escola, para a igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã [...]” Enfim, é no plano da vida cotidiana que são realizadas as tarefas do dia-a-dia, e é justamente nelas que encontramos a reprodução social.

O bairro é um importante fragmento na materialização da vida cotidiana. Porque é uma porção do espaço urbano onde o cidadão se sente reconhecido, onde há um sentimento de pertencimento, de lugar, que define sua identidade e suas origens. É um intermédio entre o público (cidade) e o privado (casa), e/como em De Certeau *et al.* (2009), um “dentro” e um “fora”.

¹ Harvey (2014) utiliza o conceito de comum de Hardt e Negri. Para estes último autores, o comum “não é apenas a terra que compartilhamos, mas também as línguas que criamos, as práticas sociais que estabelecemos, os modos de sociabilidade que definem nossas relações e assim por diante.” (p. 143)

Nele também ocorrem as relações sociais conduzidas pelas relações de vizinhança em que um morador, ao sair de sua casa, do seu espaço privado, entre num mundo de sinais e atos culturais típico do seu bairro. Com isso, o sujeito não se sente um anônimo. Ele está vinculado ao seu lugar unido a outros habitantes por laços de solidariedade.

Mas quando as ruas e o bairros da metrópole são produzidos, modificados e manipulados pelo poder público a favor das atividades capitalistas, estas relacionadas a movimentação de mercadorias, os moradores perdem a conexão com as ruas e o bairro perde com a cidade.

Dessa maneira, o sentimento de nostalgia se instaura apontando a impossibilidade de uso do espaço do bairro, a perda da sociabilidade construída nele, o sentimento de indiferença, impedindo o uso do espaço na vida cotidiana.

Como coloca Carlos (2001, p 252) “[...] o bairro vai perdendo, na metrópole, seu elo básico de lugar exclusivo da vida [...]”, porque as pessoas se deslocam para lugares cada vez mais distantes, passam mais tempo no trabalho, nos deslocamentos e vivem menos no bairro.

Quando De Certeau (2014) sobe até o terraço do World Trade Center, ali em consegue ver como se dão as relações espaciais e sociais, nua, sem a cegueira da multidão. Naquele olhar distante, do alto, os olhos deixam transparecer o cotidiano das pessoas.

O autor utiliza a vida cotidiana para compreender o mundo moderno. O passado dos homens e do mundo é vivenciado no cotidiano. Esse passado pode ser representado por um monumento, uma igreja, uma casa ou uma fotografia. Ali é apresentado um outro tempo, uma outra vida cotidiana, mas que permaneceu – mesmo passando por várias formas de produção do espaço – como um símbolo de memória, de nostalgia e que faz parte do imaginário da população.

Assim como o espaço, a paisagem é uma importante categoria de análise para a compreensão das características da cidade, nela percebemos os aspectos humanos, sua cultura e os elementos naturais. Através da paisagem construímos a história da cidade e seu cotidiano em diferentes épocas, porque está impresso as marcas do tempo.

Para falar sobre isso, Walter Benjamim, em seu livro *Obras Escolhidas*, conta a vida cotidiana de Nápoles, cidade italiana. Obra altamente influenciada pela ideia de flâneur, de Charles Baudelerie. Esse capítulo é uma forma de representar e descrever essa vida na cidade grande contemporânea como um espaço de vivencia e a rua se torna o lugar de experiências

Na metrópole contemporânea, a ideia do flâneur de Baudelerie, um sujeito livre a andar pelas ruas e contemplar as paisagens urbanas e a vida pública, é esquecida na “cidade de muros” e na aceleração do tempo que gera tantas transformações na cidade.

A “cidade de muros” de CALDEIRA (2000), também produz o estranhamento, uma vez que os muros se erguem e as relações sociais, sobretudo de vizinhança, se perdem. Com isso, as pessoas se fecham em seus enclaves fortificados ameaçando uma boa vida pública.

Segundo CALDEIRA (2000, p 313), “As ruas são feitas para os automóveis, as calçadas tornam-se uma experiência desagradável.” Ou seja, o espaço público reflete um planejamento urbano pautado na circulação de mercadorias; e a vida pública se torna quase inexistente.

O Tempo na Metrópole

A modernidade traz a característica de tempo acelerado e isso também reflete na paisagem. O tempo é efêmero e faz as formas se transformarem para atender as novas

relações espaciais e sociais. Mas, existem estruturas que permanecem, é o caso das Ruínas de São Francisco.

Percebe-se então, que o tempo, mesmo numa metrópole, possui dois lados: de um lado, ele pode causar estranhamento em relação as suas formas, pois ele é tão efêmero que destrói lembranças e memórias da população; e por outro lado, por mais efêmero que ele seja, pode haver sim, permanências que contribuam para a identidade local.

A ideia de estranhamento é para Carlos (2001) como um desencontro entre sujeito e obra, imposta pela atividade capitalista, sendo uma consequência direta da reprodução espacial.

As atividades econômicas criam uma necessidade de mudança na morfologia urbana, com isso mudam-se as formas e os conteúdos. As transformações provenientes dessa dinâmica impõem mudanças que causam estranhamento aos cidadãos, eles perdem as referências, as memórias e a identidade.

Nesse ponto, o tempo acelerado da metrópole contribui para apagar as memórias da população, pois muito do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural é devastado com essa velocidade.

Os processos que ocorrem na cidade é que dão sentido as formas que ali estão. É a maneira como a produção do espaço é realizada e por quem ele é realizada, que ditam quais formas devem permanecer e desaparecer; podendo mudar as funções e os conteúdos em diferentes épocas.

Nesse sentido, podemos pensar no patrimônio cultural, histórico e arquitetônico suscetíveis aos processos de produção do espaço e de acumulação. As políticas públicas de conservação e preservação também estabelecem novas relações de uso. Por exemplo, a destruição do patrimônio para dar lugar a novos projetos imobiliários e de interesses econômicos

A destruição dos lugares de memória em nome da modernização é interpretada como sinônimo de progresso e o velho, é passível dessa destruição. O processo atrelado a isso é o de Gentrificação, sobretudo nas áreas centrais e históricas.

A Gentrificação faz parte do urbano e das agendas de gestão e revitalização urbana. Quando a classe alta sai dos centros das cidades em direção as bordas, as periferias, o centro da cidade é abandonado por falta de investimentos. Populações de baixa renda passam a ocupar as casas e os edifícios.

O centro da cidade é mais do que uma localização geográfica, é o lugar repleto de simbolismo e história. Apesar das transformações que ocorrem na metrópole ainda mantem suas marcas e importantes elementos culturais e históricos.

Os projetos de valorização do patrimônio, principalmente nos centros, vêm com a reutilização dos edifícios para dinamizar o comercio, geração de empregos, implantação de infraestrutura para atrair empresários e comerciantes. Porém, o lado negativo vem com a Gentrificação, é quando o valor real do patrimônio, seu significado para memória, identidade e também a nova população (de baixa renda) não são contemplados.

A globalização influencia o processo de gentrificação. O que se coloca em jogo é a imagem da cidade e seu impacto no mercado mundial, o qual faz parte do marketing urbano, principalmente em cidades que recebem mega-eventos, como Olimpíadas e Copa do Mundo. Todo tipo de negócio é realizado às custas da população que são obrigadas mudar de residência.

Arantes (2012) critica o planejamento dito estratégico, para ela é mais um termo suave, um abrandamento para Gentrificação e diz “[...] uma cidade estrategicamente planejada de A a Z não mais seria, enfim, do que uma cidade inteiramente gentrificada.” (p 19)

Nos planos de reurbanização, de requalificação que fazem parte do planejamento urbano, o que é ocultado são os verdadeiros interesses para satisfazer a um mercado, seja ele global ou local, aos empresários, aos agentes que de fato produzem a cidade.

Ainda para Arantes (2012) é a cultura o principal meio para a Gentrificação. É em nome dela que se caracteriza a cidade-empresa-cultural tão aclamada pelos urbanistas. Segundo a autora, “(...) para entrar nesse universo dos negócios, a senha mais prestigiosa [...] é a cultura.” (p 24). Assim, o patrimônio arquitetônico-cultural e a rentabilidade fazem parte do combo da revitalização urbana.

Considerações Finais

A metrópole contemporânea surge na realidade brasileira de forma fragmentada. A partir disso, os grandes centros urbanos refletem o modelo econômico de acumulação do capital, motivados pelos efeitos do mercado globalizado.

Os conflitos da metrópole são percebidos através das suas configurações espaciais: o contraste que vemos entre as favelas e os apartamentos de luxo, o surgimento de novas centralidades, os condomínios fechados símbolo da insegurança e transporte público ineficaz.

De todos esses arranjos espaciais, o mais evidente é a segregação sócio espacial, em que considera-se uma sociedade urbana pautada na desigualdade e exclusão.

Não raro, sob o efeito das políticas segregadoras das sociedades urbanas, a convivência com distintas camadas sociais pode transcender em intolerância, uma vez que o próprio Estado planeja o espaço urbano tendo em vista interesses de alguns grupos.

A produção do espaço também contribui para a destruição das referências urbanas. O sujeito está em constante processo de destruição criativa², redefinindo a sua identidade. Ou seja, o indivíduo não se sente representado e perde suas referências na paisagem.

O tempo pode ser entendido sob dois pontos de vista: como mercadoria e fracionado em inúmeras atividades do cotidiano (lazer, trabalho, estudos, percurso entre outros). Por outro lado, ele é o intermediário das transformações urbanas e da percepção do velho e do novo relativos a memória.

A preservação da memória na metrópole também é uma questão importante. Mesmo com a aceleração do tempo e a destruição do patrimônio, alguns deles são tombados e conservados. Isso indica um reconhecimento do seu valor simbólico e cultural.

Dado o exposto, entende-se que a cidade são importantes observatórios para compreender a sociedade contemporânea. É um espaço social, construído pelo homem em um tempo determinado tempo.

A cidade contemporânea é o lugar de segregação, da incivilidade, de insegurança, mas também é o encontro da vida pública e privada, é a vida no bairro marcada pelo seu cotidiano. É o lugar da valorização do seu patrimônio transformando-os em símbolos e lugares de significado, assim, constrói-se sua identidade.

² O conceito de destruição criativa foi introduzido por Schumpeter. Ele a definiu como o processo de destruir algo e dá origem a alguma coisa nova. Em FORTUNA (2013), atrelada a destruição criativa estão os componentes principais: a introdução de novos produtos, a abertura de novos mercados, a constituição de novos modos de organização e a presença de um espírito empresarial de risco.

Referências

- ARANTES, O.B.F. **Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas**. São Paulo: Annablume. 1ª ed, 2012. 164 p.
- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas II: Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense 1993. 277 p.
- CALDEIRA, T.P. do R. **Cidade de muros: segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp. 1ª edição, 2000. 400p.
- CARLOS, A.F.A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157p.
- CARLOS, A.F.A. **Espaço – tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.
- CERTEAU, M.A. **Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CERTEAU, M.A. et al. **Invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2009
- FORTUNA, C. **Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana**. Imprensa da Universidade. 1ª edição. Coimbra, 2013. 161p.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, H. O espaço. In: **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.
- NETTO, J.P.; CARVALHO, M. do C.B. de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 10ª edição. 2012.